

Prefeitura Municipal de Uauá

Decreto



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO



DECRETO N°450, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

“Dispõe sobre o encerramento do Exercício Financeiro de 2015 nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE UAUÁ, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais de acordo com o art. 78, letra “I” e,

CONSIDERANDO que o encerramento do exercício financeiro de 2015 e consequente levantamento do balanço geral do Município envolvem providências cujas formalizações devem ser prévia e adequadamente, ordenadas:

CONSIDERANDO que os procedimentos pertinentes a tais providências devem ser cumpridas de maneira uniforme e rigorosamente de acordo com os prazos fixados,

DECRETA:

SEÇÃO I – ÓRGÃOS ABRANGIDOS

Art. 1º - Os órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo e, no que couber, do Poder Legislativo, disciplinarão suas atividades orçamentárias e financeiras de encerramento em conformidade com as normas fixadas neste decreto.

SEÇÃO II – DO ENCERRAMENTO DAS EXECUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

Art. 2º - O encerramento da execução orçamentária, financeira e contábil do exercício financeiro deverá observar os preceitos constantes deste decreto, sem prejuízo do princípio da anualidade do orçamento, previsto no art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do regime de competência determinado pelo art. 50, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º - Para a observância do regime de competência da despesa, somente deverão ser empenhadas e contabilizadas no exercício financeiro as parcelas dos contratos, convênios e demais ajustes cujo fato gerador ocorra até 31 de dezembro do respectivo exercício financeiro.

Parágrafo único – No início do exercício financeiro subsequente, após a publicação do respectivo orçamento, deverão ser realizados os empenhos dos valores das parcelas remanescentes, cujo fato gerador ocorra até o término do referido exercício financeiro.

Art. 4º - Os órgãos mencionados no Art. 1º deste Decreto, para fins de encerramento do exercício financeiro de 2015, devem adotar os procedimentos típicos de análise, conciliação e ajuste das contas que afetam o resultado financeiro, econômico e patrimonial do Município.

Praça Belarmino José Rodrigues, S/N – Centro, Uauá – Bahia – Brasil - CEP: 48.950-000
CNPJ: 13.698.758/0001-97

Tel.: 74 – 3673-1938 - e-mail: gabinete@uaua.ba.gov.br - Site: uaua.ba.gov.br

Praça Praça Belarmino José Rodrigues | S/N | Centro | Uauá-Ba
www.pmuaua.ba.ipmbrasil.org.br

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO



Parágrafo único – As conciliações de todas as contas correntes bancárias devem ser realizadas, diariamente, principalmente durante os meses de novembro e dezembro devendo ser adotadas medidas efetivas para investigação e regularização de eventuais pendências.

Art. 5º - Os órgãos da administração deverão adotar as medidas necessárias para a emissão das notas de empenho, os pagamentos de despesas orçamentárias e extra orçamentárias até o dia 30 de dezembro de 2015, salvo em casos excepcionais devidamente justificados e autorizados pelo Secretário Municipal de Finanças e Planejamento.

Parágrafo único – Constituem exceções a este artigo:

- I. às despesas com pessoal e encargos;
- II. às parcelas de amortização e juros da dívida pública;
- III. aos débitos feitos em conta corrente bancária, referentes às despesas regulamentadas;
- IV. os compromissos resultantes de convênios, termos de ajustes ou transferências voluntárias firmadas com outros entes da federação;
- V. as despesas com saúde, educação e Fundeb, para aplicação de índices constitucionais.

Art. 6º - As licitações, a conta de recursos do orçamento vigente, deverão estar concluídas até 01 de dezembro de 2015 e fixarão prazos de entrega do material ou da prestação de serviços, limitados a 23 de dezembro de 2015, aplicando-se também aos casos de dispensas e inexigibilidade de licitação.

Parágrafo único – As despesas liquidadas objetos de contratos com data fixa de pagamento no mês de dezembro serão realizadas até 30 de dezembro de 2015, mesmo que o vencimento do contrato ocorra em data posterior.

Art. 7º - Fica estabelecida a data limite de 30 de dezembro de 2015, para aplicação e recolhimento de saldos não aplicados de adiantamento financeiro.

Art. 8º - As despesas de diárias com pessoal necessárias para o período de 07 a 31 de dezembro, deverão ser pagas até o dia 30 de dezembro de 2015, juntando-se posteriormente, o respectivo relatório de viagem.

Art. 9º - As unidades orçamentárias (Fundos Municipais) terão até o dia 21 de dezembro de 2015 para encaminharem à Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças os saldos de empenhos passíveis de cancelamento e para o Setor de Licitações as justificativas de anulação de empenhos para providências dos termos de supressão, anulação ou encerramento dos contratos.

Parágrafo único – A Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças diligenciará no sentido de que todas as anulações de empenho ou de saldo de empenhos estejam finalizadas até o dia 30 de dezembro de 2015.

Art. 10 – As insubsistências passivas constantes do passivo financeiro serão registradas nas variações patrimoniais independente da execução orçamentária.

Praça Belarmino José Rodrigues, S/N – Centro, Uauá – Bahia – Brasil - CEP: 48.950-000
CNPJ: 13.698.758/0001-97

Tel.: 74 – 3673-1938 - e-mail: gabinete@uaua.ba.gov.br - Site: uaua.ba.gov.br

Praça Praça Belarmino José Rodrigues | S/N | Centro | Uauá-Ba
www.pmuaua.ba.ipmbrasil.org.br

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO



Art. 11 – O Prefeito, por indicação da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, designará comissões para realização do inventário dos bens a partir do dia 07 de dezembro de 2015, devendo a sua conclusão dar-se até o dia 29 de fevereiro de 2016, impreterivelmente, para fins de levantamento do Balanço Patrimonial.

Art. 12 – O Departamento de Almoxarifado e Patrimônio providenciará o levantamento do inventário físico de todas as Unidades Gestoras que estocarem material de consumo, bens móveis e imóveis, remetendo-o ao Departamento de Contabilidade da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, até o dia 29 de fevereiro de 2016, conforme NBCT – 16.9 e 16.10.

§ 1º – Os bens patrimoniais adquiridos após o dia 07 de dezembro de 2015 deverão figurar, analiticamente, em relação separada, a qual deverá no fim do inventário ser a ele adicionada.

§ 2º - As comissões de que trata este artigo, deverão, ao final do arrolamento dos bens, com respectivos valores, por unidade orçamentária da administração direta e fundos especiais, elaborar os Termos de Verificação de Bens da Administração Direta e dos Fundos que devem ser compatíveis com os valores escriturados na Contabilidade de cada um, até o dia 29 de fevereiro de 2016.

§ 3º - Quando a soma dos valores inventariados for maior do que o da escrituração contábil, a diferença deverá ser incorporada ao patrimônio municipal. Entretanto, se os valores inventariados forem inferiores ao dos registros contábeis, a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças designará, de imediato, uma comissão que terá por finalidade específica a apuração das faltas dos bens que originaram a diferença. Nesta hipótese, o valor da diferença deverá ser escriturado pela contabilidade como “responsabilidade pendente de apuração” até que se conclua a apuração dos fatos.

SEÇÃO III – DOS RESTOS A PAGAR

Art. 13 – São despesas do exercício financeiro aquelas realizadas até 31 de dezembro de 2015, correspondentes aos materiais recebidos, aos serviços prestados e às obras executadas.

§ 1º - Excepcionalmente, poderá ser considerada como despesa realizada aquela correspondente às compras contratadas, cujo empenho esteja em poder do fornecedor e o material ainda não entregue à unidade requisitante.

§ 2º - No encerramento do exercício financeiro, as despesas, de que trata este artigo, ainda não pagas serão inscritas como Restos a Pagar, processados ou não processados, conforme estejam, respectivamente, liquidadas ou não, desde que haja disponibilidade financeira.

§ 3º - Os registros de Restos a Pagar far-se-ão por credor.

Art. 14 – O Setor de Contabilidade providenciará até 31 de dezembro de 2014 o cancelamento dos saldos das contas de Restos a Pagar Não Processados, relativos aos exercícios anteriores a 2014, que não tenham disponibilidades de caixa, em observância ao art. 2º da Lei Federal nº 10.028 de 19.10.2000, assegurando ao credor, através da emissão da nota de empenho

Praça Belarmino José Rodrigues, S/N – Centro, Uauá – Bahia – Brasil - CEP: 48.950-000
CNPJ: 13.698.758/0001-97

Tel.: 74 – 3673-1938 - e-mail: gabinete@uaua.ba.gov.br - Site: uaua.ba.gov.br

Praça Praça Belarmino José Rodrigues | S/N | Centro | Uauá-Ba
www.pmuaua.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A92D86F89098EBBF72DBCA4A0AF77F1

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO



no exercício de reconhecimento da dívida à conta do elemento de despesas “Despesas de Exercícios Anteriores”.

Parágrafo único – O cancelamento de restos a pagar liquidados e processados poderá, salvo em situações excepcionais, em que o objeto da obrigação deixa de existir ou é devolvido, abrindo-se a possibilidade de um estorno da obrigação, com a devida comprovação conforme Resolução do TCM.

Art. 15 – O empenho da despesa não inscrita em Restos a Pagar será anulado em 31 de dezembro de 2015.

SEÇÃO IV – DO CANCELAMENTO DAS DÍVIDAS PASSIVAS

Art. 16 – Poderá o Prefeito efetuar o cancelamento de Dívidas Passivas que prejudiquem o resultado Patrimonial do exercício de 2015, devendo ser esclarecido em Nota Explicativa junto a Prestação de Contas de 2015.

SEÇÃO V – DOS PRECATÓRIOS JUDICIAIS

Art. 17 – Faz se necessário que o setor responsável através de seu representante jurídico apresente ao final do exercício financeiro de 2015 a relação nominal dos precatórios judiciais pertencente ao seu município para contabilização desses junto a Prestação de Contas do exercício de 2015, nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Volume III – Procedimentos Contábeis Específicos.

SEÇÃO VI – DA DÍVIDA ATIVA

Art. 18 – O setor encarregado do controle da Dívida Ativa adotará providência quanto ao crédito ao receber registrado no Balanço Patrimonial de 2014 do município tanto no âmbito administrativo como no judicial dentro do exercício financeiro de 2015.

Art. 19 – Cabe ao setor responsável o levantamento real da Dívida Ativa Tributária e não Tributária do município para fins de ajustes e regularização junto a Prestação de Contas de 2015.

Art. 20 – Deverá ser entregue ao Setor Contábil o ato legal que fixou o lançamento do imposto IPTU para o exercício de 2015 para fins de registro contábil em cumprimento das normas estabelecidas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

SEÇÃO VII – CRÉDITO A RECEBER REALIZÁVEL

Art. 21 – Autoriza o Poder Executivo adotar medidas de regularização quanto aos créditos a receber a título de realizável, podendo haver ajustes, baixas e inscrições, desde que seja esclarecido em Nota Explicativa junto a Prestação de Contas de 2015.

Parágrafo único – As baixas de que trata o caput deste artigo deverá estar acompanhada de processo administrativo.

SEÇÃO VIII – DAS LICITAÇÕES

Praça Belarmino José Rodrigues, S/N – Centro, Uauá – Bahia – Brasil - CEP: 48.950-000
CNPJ: 13.698.758/0001-97
Tel.: 74 – 3673-1938 - e-mail: gabinete@uaua.ba.gov.br - Site: uaua.ba.gov.br

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO



Art. 22 – A abertura de processos licitatórios para compras, serviços e execução de obra, consignados no orçamento vigente, com recursos de tributos e transferências constitucionais, encerrar-se-á no dia 07 de dezembro de 2015, exceto as necessárias ao atendimento aos índices constitucionais e as oriundas de transferências de recursos decorrentes de convênios.

Parágrafo único – A partir desta data, nenhum pedido de compras ou prestação de serviços poderá ser realizado sem autorização direta do Prefeito.

SEÇÃO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 – Os casos excepcionais serão autorizados pela Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 24 – A partir da publicação deste Decreto até a prestação de contas anual do município são consideradas urgentes e prioritárias as atividades vinculadas à contabilidade, à apuração orçamentária e ao inventário, em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 25 – O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Decreto implicará responsabilidade do servidor, da comissão, do gestor, do responsável pela contabilidade ou unidade equivalente e dos demais responsáveis no âmbito de suas áreas de competência, ensejando apuração de ordem funcional, nos termos da legislação vigente.

Art. 26 – A Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças adotará as providências que se fizerem necessárias para o cumprimento das disposições deste Decreto, decidindo sobre os casos cuja situação peculiar recomendar tratamento diferenciado.

Art. 27 – Fica determinado aos Secretários de cada unidade orçamentária a elaboração do Relatório de Atividades, a ser entregue até 16 de janeiro de 2016, contendo ações, atividades e investimentos realizados ao longo do ano de 2015.

Art. 28 – Até o dia 30 de dezembro de 2015 a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças deverá solicitar às instituições financeiras ou outros credores a posição da dívida fundada em 31 de dezembro de 2015 para inscrição no balanço patrimonial.

Art. 29 – Os responsáveis por suprimento de fundo, sob pena de responsabilidade, na forma da lei, independente do prazo de aplicação previsto no ato da concessão, deverão apresentar as respectivas comprovações até o dia 21 de dezembro de 2015, data em que também deverão recolher os saldos remanescentes porventura existentes, comprovando-os junto à Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, ressalvados os casos relativos a despesas com ambulância e ou viagens de servidores a serviço do Município que não possam ser adiadas.

Art. 30 – As Secretarias Municipais deverão encaminhar, ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, impreterivelmente até o dia 07 de dezembro de 2015, os documentos relacionados a folha de pagamento, tais como: folha de frequência, atestados médicos, justificativas, diárias, relatórios de plantão, entre outros.

Praça Belarmino José Rodrigues, S/N – Centro, Uauá – Bahia – Brasil - CEP: 48.950-000
CNPJ: 13.698.758/0001-97

Tel.: 74 – 3673-1938 - e-mail: gabinete@uaua.ba.gov.br - Site: uaua.ba.gov.br

Praça Praça Belarmino José Rodrigues | S/N | Centro | Uauá-Ba
www.pmuaua.ba.ipmbrasil.org.br

Prefeitura Municipal de Uauá



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
GABINETE DO PREFEITO



Parágrafo único – O Departamento de Recursos Humanos deverá encaminhar à Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, até o dia 18 de dezembro de 2015, a folha de pagamento e encargos sociais do mês de dezembro e 13º salário.

Art. 31 – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

UAUÁ, 30 de dezembro de 2015.

**OLIMPIO CARDOSO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL**

Praça Belarmino José Rodrigues, S/N – Centro, Uauá – Bahia – Brasil - CEP: 48.950-000
CNPJ: 13.698.758/0001-97
Tel.: 74 – 3673-1938 - e-mail: gabinete@uaua.ba.gov.br - Site: uaua.ba.gov.br

Praça Praça Belarmino José Rodrigues | S/N | Centro | Uauá-Ba
www.pmuaua.ba.ipmbrasil.org.br